

Quinta-feira, 12 de abril de 2007

DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços

Mais flexível, Argentina pode superar o Brasil, diz analista

priscila machado

Aspectos regulatórios e tributação poderão fazer o Brasil perder a concorrência no mercado de biocombustíveis, especialmente para a Argentina segundo a analista da empresa de consultoria norte-americana Frost & Sullivan, Tamara Dvoskin. “Na Argentina há mais incentivos para exportação e um mercado de oleaginosas muito forte. A preocupação em exportar biodiesel é prioridade lá. Outra vantagem do país é que ele não tem nenhuma restrição para proteger o mercado doméstico, diferente do Brasil que sempre vai privilegiar esse mercado, como já faz com o etanol”, afirma Dvoskin.

Segundo o diretor do departamento de cana-de-açúcar e agroenergia do Ministério da Agricultura, Ângelo Bressan, por enquanto a corrida pelo biocombustível não resultou numa reformulação na normatização da produção e comercialização das culturas que poderão se voltar para as vendas externas.

O aumento da procura por biodiesel também não alterou a regulamentação da produção e comercialização do álcool que continua voltada para as vendas internas. “Fazemos um monitoramento para que não falte o produto no mercado doméstico”, afirma Bressan. O Ministério recebe de todas as usinas um relatório quinzenal com diversas informações como a capacidade de cana processada e volumes de açúcar e álcool produzidos. “O governo e o setor de produção trabalham com grande grau de cooperação muito grande”, diz Bressan.

Os preços do biodiesel ainda não são competitivos em relação aos outros combustíveis. A possibilidade de transpor essa barreira vai depender de subsídios e taxas impositivas do governo, o que ainda está muito restrito.

Para Irineu Boff, presidente da Oleoplan, empresa que está entrando no mercado de biocombustíveis e fará suas primeiras entregas em julho, se houver uma disputa no mercado internacional quem ganha num primeiro momento é a Argentina. “O Brasil só está um pouco na frente da Argentina em produção, mas em questão de tributação facilitadora para exportar biodiesel perde feio”, avalia. Ele revela que já foi procurado por empresas italianas, alemãs e japonesas para prospecção de negócios. “Nada está definido porque à medida que o jogo avança vai se criando as regras desse comércio internacional. O Brasil ainda precisa se adequar para exportar”, diz.

A primeira usina de biocombustível da empresa já está pronta para operar, aguardando apenas o licenciamento. A Oleoplan já faz planos para exportar. “Estamos esperando uma autorização da Receita Federal para regime de aplicação de selo de combustível social”, diz Boff.

A analista da Frost & Sullivan acredita que o mercado e o governo brasileiro são flexíveis e poderão trocar os regulamentos no momento que for necessário. “Agora isso pode ser um impedimento, mas existe a sensibilidade do governo que irá perceber o momento de ceder”, diz. Ela acredita que o mercado doméstico vai continuar sendo o principal mercado para o Brasil, em função da frota do mercado industrial, e no mercado internacional a Europa continuará sendo a principal cliente, seguida pelos Estados Unidos. “Existe uma demanda no mundo todo, especialmente na Europa onde há vários mercados com excesso de demanda. A Alemanha é o principal”, afirma. Na Europa existe um limite de extensão de áreas de produção que já estão chegando no limite. Os europeus estão incrementando a mistura, aumentando a produtividade de oleaginosas, mas a velocidade de crescimento da demanda é superior.

Na última análise da Frost & Sullivan a consultoria divulgou um estudo revelando que o mercado de biodiesel brasileiro vai chegar a um volume de 2,3 milhões e irá atingir US\$ 1,8 milhão em 2012. Nessa estimativa estão incluídos investimentos que ainda não foram anunciados, mas que a empresa já teve acesso. “Na análise dos aspectos qualitativos verificamos que os investimentos vão continuar aumentando, projetos novos já existem”, diz.

Ela acredita que o Brasil é o único país com um clã organizado, uma grande produção e a vantagem de já ter uma regulamentação desde 2004. “No caso da Argentina, por exemplo, esse regulamento foi feito apenas este ano. Mas vejo que outros países da região podem se desenvolver. A situação pode mudar daqui a três anos, outros países estão muito motivados”, avalia.